



Edição #186 | 15 de janeiro de 2021

**Este boletim é um oferecimento dos seguintes parceiros:**



Seja você também um incentivador da informação de qualidade, associe sua marca a este boletim diário. Mais detalhes em [comercial@seafoodbrasil.com.br](mailto:comercial@seafoodbrasil.com.br)

## Editorial

### Emenda de anos

2020 terminou, mas não parece. Os ciclos iniciados em 2020 - e a falta de resolução deles - permanecem. A escalada da Covid-19 em território nacional com as Festas era bola cantada, mas isso não impediu a falta de zelo de muitos brasileiros com a própria vida e a vida dos outros. Aglomerados, passamos juntos a virada de 2020 e entramos juntos em 2021 na UTI. Em nosso próprio setor há relatos de empresas que, em vez de se dedicarem ao planejamento do ano nestes primeiros dias de janeiro, correm para conter o contágio interno e cuidar da saúde dos funcionários.

As vacinas - que deveriam ser tratadas como um notável avanço da medicina e um passaporte para sairmos de vez desta situação catastrófica - foram estigmatizadas e instrumentalizadas politicamente, como já se esperava. Neste janeiro, enquanto o mundo já iniciou a vacinação planejada meses antes, estamos entre uma corrida apressada de última hora do governo federal por vacinas importadas e o espetáculo montado pelo governo paulista.

Enquanto debatemos quem tem razão, os manauaras morrem asfixiados, em casa ou nos hospitais.

Boa leitura!



**Fabi Fonseca**  
Jornalista, repórter da plataforma  
Seafood Brasil



**Ricardo Torres**  
Jornalista especializado em pescado,  
editor da plataforma Seafood Brasil

## Destaque

### Fomento milionário ao consumo



O projeto de uma pesquisa aplicada milionária realizada pela Universidade de São Paulo (USP), em co-execução com o Instituto de Pesca (IP-APTA), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, foi aprovada em 22 de dezembro pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Ao todo, o projeto contará com recursos de R\$ 23,8 milhões em cinco anos, dos quais a agência de fomento à pesquisa científica fará o aporte de R\$ 3,65 milhões no

projeto, que contará ainda com a participação de universidades e instituições governamentais do Brasil e do exterior. Participam ainda da iniciativa empresas privadas do Brasil, Estados Unidos, Holanda, Dinamarca e França que farão aporte de mais R\$ 6 milhões. O Estado investirá outros R\$ 14,2 milhões na forma de infraestrutura e divulgação dos resultados, além de bolsas e salário dos servidores.

De acordo com o professor da USP, Daniel Lemos, líder do projeto, o projeto pretende valorizar o pescado como um alimento de alto valor nutricional e que pode ajudar a combater a obesidade e as consequentes implicações de saúde. Cerca de 50% da população adulta brasileira está acima do peso e 15% é tida como obesa. “O consumo de pescado, seja ele oriundo da pesca ou produzido por meio da aquicultura, traz diversas vantagens do ponto de vista nutricional para a população. O que queremos fazer é promover melhorias por meio de resultados de pesquisa científica e conscientizar as pessoas de que esse alimento pode ser superior às proteínas cultivadas de forma terrestre”, afirma Lemos.

Os integrantes do projeto focarão suas ações na análise de mercado, análise nutricional e contaminantes e a contribuição atual para o suprimento de nutrientes, análise nutricional de duas espécies da aquicultura e de rações e o aprimoramento do perfil nutricional das espécies por meio do uso de dietas dos peixes e de técnicas de processamento, podendo trazer maior acesso ao pescado pelo mercado consumidor ou por meio de mercados institucionais como a merenda escolar.

## Noticiário geral

### Política e economia

**A segunda semana útil do ano se encerra com um novo debate entre a área econômica e o Palácio do Planalto**, como capta a imprensa nacional e especializada em temas financeiros. O tema da desavença é o pacote lançado por André Brandão, CEO do Banco do Brasil, que prevê o fechamento de 361 postos de atendimento, incluindo 112 agências, e um programa de demissão voluntária (PDV) de até 5 mil funcionários.

Os veículos afirmam que o presidente Jair Bolsonaro teria decidido demitir Brandão após a divulgação do plano, que foi elogiado por analistas do mercado financeiro. Segundo o [Valor](#) apurou, **Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central** e também um dos articuladores da ida de Brandão para o BB, teria demovido Bolsonaro do ímpeto para demitir Brandão, mas este não estaria disposto a ceder no plano se permanecer no cargo.

As declarações do presidente sobre **a saída da Ford do Brasil** continuam a repercutir. No início da semana, Bolsonaro havia dito a apoiadores que a montadora não "falou a verdade" sobre a decisão de fechar as fábricas no Brasil. Na avaliação do presidente, [a empresa queria subsídios](#) para continuar produzindo veículos no País. Ontem, durante a live semanal nas redes sociais, o presidente adotou tom mais respeitoso e disse que a saída da Ford do Brasil é parte da "dinâmica do mercado" e resultado da concorrência. "Lamentamos profundamente o que aconteceu, mas num país democrático, onde se respeita a liberdade de mercado, quem dá lucro permanece, quem não dá lucro fecha", disse o presidente, como registra o [Uol](#).

No agronegócio, o destaque nos meios especializados é para **a nova lei que determinou a Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais**. Como relata o [Canal Rural](#), os pagamentos por serviços ambientais podem ser aplicados em atividades individuais ou coletivas que favorecem a manutenção, a recuperação ou a melhoria dos serviços considerados de provisão, ou seja, que fornecem bens ambientais para consumo ou comercialização, como é o caso dos alimentos, serviços de suporte, aqueles que mantêm perenidade da vida na terra como renovação da fertilidade do solo e controle de pragas e serviços de regulação, que dão manutenção ao meio ambiente como sequestro de carbono e controle de erosões. Os pagadores de serviços ambientais podem ser o poder público, organização da sociedade civil ou agente privado seja pessoa física ou jurídica, nacional ou internacional.

Ainda no cenário ambiental, outra notícia importante é **o pedido de exoneração coletiva de todos os chefes titulares e substitutos do processo sancionador do Ibama**, foi feito

na última segunda-feira e confirmado pela [Folha](#) na quarta (13). Segundo o veículo, o movimento acontece em resposta a uma decisão do coronel da PM e novo superintendente de apuração de infrações ambientais do Ibama (Siam), Wagner Tadeu Mاتیota. Ele chegou ao cargo no fim de dezembro e, na última sexta, pediu a exoneração do coordenador nacional do processo sancionador ambiental, Halisson Peixoto Barreto. A decisão foi confirmada em publicação do Diário Oficial nesta quinta (14).

No exterior, o foco da cobertura política e econômica permanece no processo sucessório dos Estados Unidos. O mercado financeiro celebrou ontem as notícias preliminares sobre um **novo pacote de estímulos econômicos de até US\$ 2 trilhões** que está sendo preparado pelo presidente eleito Joe Biden. Como apurou a [CNN](#), entre os gastos que o governo terá a partir de agora estão inclusos cerca de US\$ 400 bilhões para a luta contra a Covid-19, o que inclui a compra e a distribuição de vacinas. O grosso do pacote ficará para a ajuda direta às famílias, cerca de US\$ 1 trilhão.

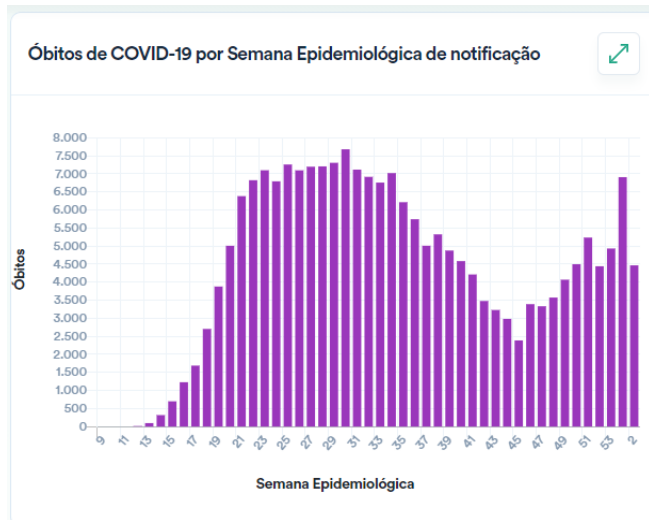
## Covid-19

**O estado de calamidade pública de Manaus ocupa as manchetes dos principais veículos impressos e online**, que buscam interpretar a crise sanitária por qual passa o Estado e trazem abordagens críticas à postura do ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, de defender o tratamento precoce com medicamentos sem eficácia comprovada para contornar a crise. Os veículos informam que a demanda por oxigênio aumentou exponencialmente nos últimos dias e o Estado avalia importar cilindros da Venezuela para abastecer os hospitais. Crescem os relatos de mortes em casa ou em ambiente hospitalar por asfixia de pessoas contaminadas por Covid-19.

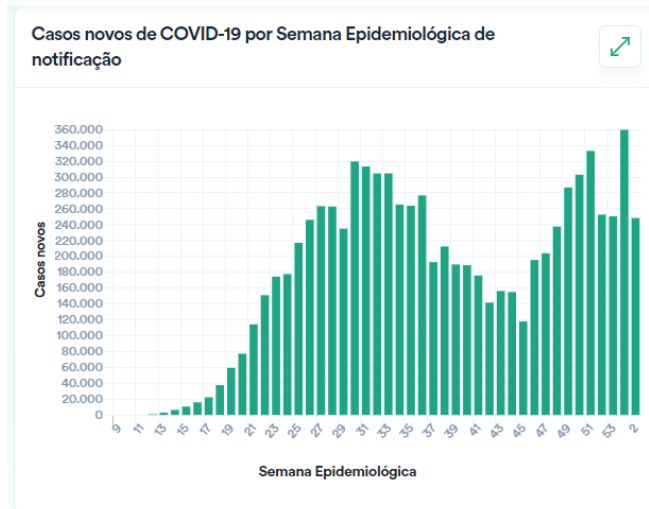
Na quinta-feira, foram registrados 2.516 novos casos do novo coronavírus em Manaus e 1.300 no resto do Amazonas. Segundo divulgou a [CNN Brasil](#), o último recorde de infectados foi registrado no final do mês de maio de 2020, com 2.763 casos diários, quando o estado viveu uma situação caótica. **Nesta primeira onda da pandemia, o consumo médio diário de oxigênio chegou a 30 mil metros cúbicos**. Durante esta nova fase de crescimento de casos no estado, em 2021, o consumo médio já passa de 70 mil metros cúbicos – a situação é caótica, já que a capacidade do produtor local é de fornecer apenas 28 mil metros cúbicos por dia.

Diante da situação, o governador do Amazonas, Wilson Lima, anunciou ontem a proibição da circulação de pessoas nas ruas de todo o Amazonas, das 19h às 6h, e a transferência de pacientes diagnosticados com a Covid-19 para hospitais de outras seis unidades da federação (Goiás, Piauí, Maranhão, Distrito Federal, Paraíba e Rio Grande do Norte). Ao

todo, o Estado contabiliza 223.360 infectados pela doença, segundo boletim informado pela Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas.



Fonte: Secretarias Estaduais de Saúde. Brasil, 2020



Fonte: Secretarias Estaduais de Saúde. Brasil, 2020

O número de pessoas infectadas com o novo coronavírus desde o início da pandemia chegou a 8.324.294 no Brasil. Conforme a [Agência Brasil](#), nas últimas 24 horas, as autoridades de saúde registraram 67.758 novos diagnósticos positivos de Covid-19. **O total de vidas perdidas para a pandemia subiu para 207.095.** Entre ontem e hoje, foram registradas 1.131 mortes causadas pela covid-19. Foi o terceiro dia seguido com novos óbitos acima da casa dos 1.100. Ontem (13) o painel do Ministério da Saúde trazia 205.964 óbitos. Acesse aqui o [Painel Coronavírus](#) para informações atualizadas.

Em meio à guerra política que permeia as vacinas, **o governo federal adiou para esta sexta a viagem do avião da companhia aérea Azul que vai buscar 2 milhões de doses da vacina contra a Covid-19 importadas da Índia.** A [Agência Brasil](#) ressalta que a vacina ainda precisa aguardar o aval da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A agência se reúne no

domingo (17) para analisar o pedido de uso emergencial apresentado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), parceira da AstraZeneca e da Universidade de Oxford no Brasil. De acordo com o ministério, a vacina será distribuída aos estados em até cinco dias após o aval da Anvisa para, assim, dar início à imunização em todo o país, de forma simultânea e gratuita.

Em São Paulo, o governo de João Dória mantém o início previsto para o dia 25. Segundo o [Agora](#), sistemas acompanharão e fiscalizarão desde um pré-cadastro até a aplicação de doses na população e já estão em fase final de desenvolvimento e deverão ser divulgados nos próximos dias. A Secretaria Estadual da Saúde confirmou o pré-cadastro nesta



terça-feira (12), mas ainda não disse como as pessoas que receberão a vacina serão procuradas e que dados terão de informar. **A primeira fase de imunização prevê vacinar 9 milhões de pessoas no estado. Profissionais da saúde, idosos, indígenas e quilombolas estão entre os primeiros a serem vacinados.** Segundo o plano de logística para a vacinação, 2 milhões de doses semanais da vacina chinesa Coronovac estão sendo produzidas em parceria com o Instituto Butantan para os municípios. Na capital, a gestão Bruno Covas (PSDB) afirma que serão 3 mil postos e a cidade receberá 600 mil doses diárias.

## PESCA EM ANÁLISE

### Aquicultura

A Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SAP/Mapa) cancelou edital que previa a cessão de faixas marítimas em São Paulo para a criação de peixes e mariscos em larga escala. A medida atende a uma recomendação do Ministério Público Federal (MPF) pela proteção das áreas situadas no litoral Norte paulista. Segundo [publicação do próprio MPF](#), ao acatar os pedidos do MPF, a pasta confirmou que eventuais novas licitações desse tipo somente serão lançadas após consulta aos grupos caiçaras que habitam a região e aos gestores da unidade de preservação marinha ali existente. Nesses casos, se a comunidade tradicional e as autoridades ambientais considerarem a exploração econômica proposta incompatível com os usos sustentáveis dos espaços, as áreas deverão ser excluídas do objeto de cessão.

A recomendação foi expedida em outubro do ano passado. **No documento, o MPF alertava para a ausência de consulta prévia à comunidade caiçara que há mais de 100 anos**

**exerce atividades de subsistência nas praias locais e que poderia ser diretamente afetada pela exploração comercial indicada no edital 02/2020 da SAP/Mapa.** Normas nacionais e compromissos internacionais assumidos pelo Brasil asseguram que povos tradicionais suscetíveis aos efeitos de medidas legislativas e administrativas sejam ouvidos a respeito de sua implementação.



**I CONGRESSO LATINO AMERICANO DE PEIXES DE CULTIVO**

**25 a 27 de maio**

A coordenação do ICLAPeC, uma parceria entre AquiShow Brasil, Instituto de Pesca e o Laboratório de Bacteriologia em Peixes (LABBEP-UEL), abre o edital de submissão de trabalhos técnicos científicos que ocorrerá concomitantemente a AQUISHOW 2021.

LOCAL: São José do Rio Preto – Centro de Pesquisa do Pescado Continental do Instituto de Pesca

DATA: 25 a 27 de maio de 2021

DATA DE ENVIO DOS TRABALHOS: 01 a 28 de fevereiro de 2021  
e-mail: [congresso@aquishowbrasil.com.br](mailto:congresso@aquishowbrasil.com.br)

COMUNICADO DE ACEITE DOS TRABALHOS: 31 de março de 2021

[www.aquishowbrasil.com.br](http://www.aquishowbrasil.com.br)



**A coordenação do ICLAP e C, uma parceria entre AquiShow Brasil, Instituto de Pesca e Laboratório de Bacteriologia em Peixes (LABBEP-UEL) abriu o edital de submissão de trabalhos técnicos científicos que ocorrerá na AquiShow Brasil 2021.** Neste ano, o evento está programado para acontecer entre os dias 25 e 27 de maio, em São José do Rio Preto (SP). Para mais informações [acesse aqui](#).



**Na Europa, a Federação Europeia de Produtores de Aquicultura passou a ser presidida pela grega Lara Barazi-Yeroulanos**, a primeira mulher indicada para ocupar esta posição pela Organização Helénica de Produtores de Aquicultura (HAPO), de acordo com o portal de notícias espanhol MisPeces.com. Barazi-Yeroulanos presidirá a FEAP pelos próximos 3 anos. Ela é CEO da empresa de peixes

Kefalonia Fisheries. Lara Barazi possui mestrado em Políticas Públicas e Comércio Internacional e Finanças pela Kennedy School da Harvard University. A executiva prometeu dedicar esforços especiais à melhoria da capacidade de trabalho “para apoiar as ambições estratégicas da indústria e superar os complexos desafios que têm mantido estagnada a aquicultura europeia nos últimos 20 anos”.

**O governo de São Paulo revogou nesta sexta-feira, em [publicação no Diário Oficial](#), o aumento do ICMS para a produção de alimentos e energia elétrica para a agropecuária.** Segundo os veículos que cobrem o agronegócio, como o [Notícias Agrícolas](#), Dória determinou a suspensão do aumento da alíquota de itens de insumos agropecuários após as associações e produtores rurais se mobilizarem para um “tratoração”. O [Canal Rural](#) faz um resgate de como esta suspensão entrou em vigor e conclama o setor para lutar em prol da derrubada da lei 17.293, cuja aprovação do projeto pela Assembleia Legislativa de São Paulo abriu espaço para o aumento do imposto.



A Embrapa está oferecendo em seu ambiente virtual o **Curso de Produção sustentável de Peixes Redondos**, que é gratuito ([inscreva-se aqui](#)). O curso é oferecido aos técnicos extensionistas das esferas pública e privada, estudantes de nível técnico e superior, consultores autônomos, produtores rurais, enfim, multiplicadores locais de regiões brasileiras. Com carga horária de 80 horas, os módulos serão: Iniciando a produção de peixes redondos; Qualidade da água para a criação de peixes redondos; Melhoramento e reprodução; Larvicultura e alevinagem; Alimentação e



biometria; Recria e engorda; Sanidade de peixes redondos; e Processamento e comercialização.

## Pesca

**A pesca de arrasto no litoral do Rio Grande do Sul foi novamente suspensa**, desta vez pelo próprio governo federal, por meio da [Portaria SAP/MAPA Nº 9](#). Segundo o próprio secretário Jorge Seif Jr., que já se posicionou contrário à suspensão, o objetivo é “implementar medidas de gestão mais sustentáveis para a atividade de pesca na região, embasadas pelos resultados do Projeto da FAO chamado REBYC-II-LAC”. Segundo ele, em postagem desta manhã nas redes sociais, o plano “moderniza e torna a modalidade mais sustentável, com modificações nas redes e instalação de equipamentos que possibilitem escapes de espécies que não são alvo (pesca incidental de formas jovens e quelônios, por exemplo)”. Segundo Seif Jr, “pescarias de arrasto tracionado já são certificadas como ambientalmente sustentáveis em vários países do mundo.”

O plano REBYC-II-LAC foi apresentado ao Supremo Tribunal Federal (STF) como um dos argumentos para manter a liminar que revogava a proibição determinada em 2018, pela Assembleia Legislativa do RS, da proibição da pesca do camarão na faixa de 3 a 12 milhas náuticas. Na interpretação de Seif Jr., que foi acolhida pelo ministro do STF, Kássio Marques, o fato de a faixa se enquadrar no Mar Territorial Brasileiro tornava a decisão em nível de Estado inconstitucional, já que a competência é do ente Federal. A [revista Piauí](#) havia publicado que a decisão de Marques atendia a interesses do “filho Zero Seis” do presidente Jair Bolsonaro, como é conhecido Seif Jr.

**Em outra publicação, frisada pelo G1, a SAP publicou novas regras para o período de defeso do caranguejo-uçá.** Entre algumas datas entre 2021 e 2024 está proibida a captura, o transporte, o beneficiamento, a industrialização e a comercialização do crustáceo nos estados do Amapá, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia. Segundo a SAP, entre as mudanças, está a unificação da Declaração de Estoque com a Guia de Transporte, com a inserção da lista de fornecedores e destinatários. Este ano, a entrega da Declaração de Estoque, acompanhada de documento de identificação do declarante, pode ser feita no site da secretaria ou nas Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento dos estados.

**No sábado (9), Bolsonaro, Seif Jr., e o assessor paraibano Tercio Arnaud anunciaram a cessão do terminal pesqueiro público de Cabedelo (PB).** O [Click PB](#) indica que a licitação do terminal pesqueiro deverá acontecer em 28 de janeiro de 2021, às 08:00 hs, no Auditório Olacyr de Moraes, no Ministério da Agricultura, Brasília (DF). O Terminal, que custou R\$ 15 milhões e está há quase uma década fechado, agora será cedido à iniciativa privada, que fará investimentos e melhorias para o início das operações. O terminal tem

capacidade de descarga de 1.000 toneladas/mês, e contará com fábrica de gelo e posto náutico para as embarcações.

## Indústria



**Mesmo diante de todos os desafios provocados pela pandemia do novo coronavírus, o Conselho Norueguês da Pesca e o Ministério da Pesca e Aquicultura da Noruega consideram que o balanço anual da indústria de frutos do mar referente ao ano 2020 foi positivo.** A Noruega exportou 2,7 milhões de toneladas de frutos do mar, o que equivale a 37 milhões de refeições todos os dias ao longo de um ano ou 25 mil refeições por minuto.

No geral, o balanço do ano norueguês teve o volume total das exportações de frutos do mar aumentando 2% em 2020, embora o valor tenha diminuído 1%. "Embora 2020 tenha sido um ano muito diferente, muitas de nossas exportações de frutos do mar conseguiram superar os maiores desafios ligados à pandemia do coronavírus", falou Renate Larsen, CEO do Conselho Norueguês da Pesca. Leia mais no site [Seafood Brasil](https://www.seafoodbrasil.com.br).

**O Mapa publicou ontem (14) a Portaria nº 198 que coloca em consulta pública a proposta de Instrução Normativa (IN) que estabelece os procedimentos para habilitar estabelecimentos para exportação e o trânsito de produtos de origem animal.** Os estabelecimentos precisam ser registrados no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal. Os interessados têm prazo de 45 dias para participarem da consulta pública.

O objetivo da proposta é simplificar e desburocratizar a emissão de certificação sanitária para o trânsito de matérias-primas e produtos de origem animal, detalhar o processo de emissão de certificação pelas unidades administrativas do Mapa, com atribuições para certificação sanitária; dar transparência e segurança ao processo de certificação sanitária; e garantir a inocuidade, conformidade e rastreabilidade dos produtos de origem animal

certificados, possibilitando atender demandas específicas no controle da cadeia produtiva e requisitos de países importadores.

As sugestões tecnicamente fundamentadas deverão ser encaminhadas por meio do Sistema de Monitoramento de Atos Normativos (Sisman), da Secretaria de Defesa Agropecuária, por meio do link: <https://sistemasweb.agricultura.gov.br/sisman/>. Para ter acesso ao Sisman, o usuário deverá efetuar cadastro prévio no Sistema de Solicitação de Acesso (SOLICITA), por meio do endereço: <https://sistemasweb.agricultura.gov.br/solicita/>.

**O [Beef Point](#) traz uma análise sobre a mudança da geografia global do fornecimento da carne bovina pelo Brasil.** Em 2020, o Brasil bateu dois recordes na exportação de carne bovina. Em valor, saltou para a casa de US\$ 8,47 bilhões. Em volume, foi para a casa de 2 milhões de toneladas pela primeira vez na história do setor. Por trás desse desempenho está uma mudança significativa no mercado de proteína animal: a sua geografia.

Há uma década, o comércio com a Ásia (excluindo o Oriente Médio) não se destacava dos demais blocos econômicos. Em 2011, esse bloco comprou 210,9 mil toneladas de carne in natura, processados e miúdos, por US\$ 783 milhões. Em volume, a Ásia não ficava muito longe do que compravam os 28 países da União Europeia, que naquele ano fecharam compras no valor de US\$ 813,4 milhões para 107,9 mil toneladas. Ou longe dos Países Árabes, com 199,9 mil toneladas por US\$ 901,1 milhões.

Para o bloco asiático, um mercado que já mostrava potencial há uma década e no qual governo e indústria trabalhavam para abrir mercados, a carne era quase toda comprada através de Hong Kong, um território autônomo no Sudeste da China com pouco mais de 7 milhões de habitantes. Em 2011, Hong Kong fechou compras no valor de US\$ 691,5 milhões, para 188,5 mil toneladas.

Passados 10 anos, as vendas para o bloco asiático saltaram quase seis vezes. No ano passado foram 1,26 milhão de toneladas por US\$ 5,42 bilhões. As vendas realizadas diretamente com a China, que foram de 2,9 mil toneladas, por US\$ 10,7 milhões em 2011, saltaram no ano passado para 868,7 mil toneladas, por US\$ 4 bilhões. E Hong Kong, que continua como fornecedor chinês, levou do Brasil outros 312,5 mil toneladas, por US\$ 1,1 bilhão.

## Varejo

**A [Bloomberg](#) publicou na terça-feira a especulação de que a empresa Alimentation Couche-Tard, gigante canadense de lojas de conveniência dona da rede Circle K estaria explorando uma possível aquisição da rede francesa Carrefour.** A Couche-Tard

fez uma abordagem inicial ao Carrefour para discutir uma combinação. Não há certeza de que as deliberações levarão a uma transação.

As ações do Carrefour acumulam alta de 10% este ano em Paris, levando a empresa a capitalização de mercado de 12,6 bilhões de euros (US\$ 15,4 bilhões) no fechamento de terça-feira. A Couche-Tard é avaliada em quase US\$ 37 bilhões em Toronto.

Representantes da Couche-Tard e do Carrefour não foram encontrados imediatamente para comentar o assunto. No Brasil, as ações da companhia fecharam na segunda entre as maiores altas do dia, com salto de 6,05%, cotadas a R\$ 20,15. Os papéis ganharam força nos minutos finais do pregão, após a divulgação da notícia.

A aquisição do Carrefour ajudaria a Couche-Tard a se diversificar no ramo de supermercados e a expandir sua presença na Europa e na América Latina. Qualquer transação se somaria aos US\$ 182 bilhões em negócios anunciados no setor de varejo nos últimos 12 meses, de acordo com dados compilados pela Bloomberg.



**Os acionistas do Grupo Pão de Açúcar (PCAR3) e de sua subsidiária Sendas aprovaram em suas respectivas assembleias gerais extraordinárias proposta de reorganização societária para cindir a unidade Assaí, avançando no plano de listar as ações da divisão de atacado de autosserviço. As informações são do [portal Como Investir](#).**

A cisão parcial da Sendas, aprovada anteriormente pelos conselhos de administração das empresas, tem como objetivo de segregar a participação da Sendas no Éxito e transferir certos ativos operacionais, segundo fato relevante conjunto na última quinta-feira (31). A aprovação também envolve cisão parcial do GPA, visando segregar a totalidade da participação acionária que o GPA detém na Sendas, com a entrega das ações de emissão da Sendas de propriedade do GPA diretamente aos acionistas do GPA, na razão de 1 ação da Sendas para cada 1 ação do de GPA.

Em outra abordagem, a [Agência Brasil](#) publica informações sobre o compromisso dos três maiores supermercados brasileiros – Carrefour, Grupo Big e Pão de Açúcar – com práticas de responsabilidade corporativa, sustentabilidade e cumprimento de compromissos com os direitos humanos em suas cadeias produtivas. Relatório da Oxfam Brasil citado pela abordagem, lançado nesta quarta-feira (13), indica que, juntos, eles

alcançaram média de 4%, sendo que uma empresa totalmente responsável com direitos humanos em suas cadeias ganharia 100%.

O documento Por Trás das Suas Compras – uma análise da responsabilidade corporativa com o respeito aos direitos humanos nas cadeias produtivas dos maiores supermercados brasileiros foi elaborado com base em análises das políticas corporativas, declarações e compromissos disponíveis publicamente nos sites dos três supermercados em relação a quatro temas – transparência e accountability, trabalhadoras e trabalhadores rurais, pequenos agricultores e agricultura familiar, e direitos das mulheres no campo. A análise foi feita de julho a setembro de 2020.



**O secretário da SAP, Jorge Seif Jr., assegurou que o registro do entreposto de pescados da Ceagesp no Serviço de Inspeção Federal (SIF) não será cancelado.** Em visita a Brasília na semana passada, o Coronel Mello Araujo, diretor-presidente da Ceagesp, foi recebido pelo Presidente Bolsonaro e Ministra Tereza Cristina. Entre outras pautas, Seif. Jr. disse que estava o encaminhamento de soluções aos problemas da planta certificadora de pescado, que precisa de reformas, melhorias, investimentos e aumento de capacidade. “O SIF do maior entreposto de pescados da América Latina não vai fechar! Prazos foram estabelecidos,

metas a cumprir e funcionamento assegurado!”, disse o secretário.

**A startup do litoral paranaense “Olha o Peixe”, que compreende um sistema de comercialização e delivery de pescados frescos diretamente ao consumidor ou restaurantes, ganha prêmio da Fundação Boticário e lançou livro de receitas caiçaras, como ressalta o [Gazeta do Povo](#).**

A empresa oferece um sistema de encomendas online e um clube de assinaturas, nos quais pessoas físicas e jurídicas podem comprar os peixes direto dos pescadores, fortalecendo o consumo consciente e a pesca artesanal. O app de vendas ainda não tem





data para lançamento, mas é financiado pela Fundação Boticário, como resultado da premiação no valor de R\$ 10 mil recebida pela startup por ter conquistado o primeiro lugar no Programa Natureza Empreendedora no fim de 2020, que dá visibilidade a negócios inovadores e que contribuem com a conservação da biodiversidade.

Já a estratégia de conteúdo, que tem o objetivo de educar e engajar os clientes e divulgar a cultura pesqueira das comunidades locais, já está em andamento. O primeiro projeto da startup foi a criação de um livro de receitas produzido com o apoio de cozinheiros profissionais do Paraná e do Instituto Linha D'Água.

## Food Service

O [portal da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes \(Abrasel\)](#) traz uma notícia sobre **a indefinição sobre as taxas aplicadas ao PIX, que atrapalha a adesão ao novo meio de pagamento**. Pesquisa realizada em dezembro pela Abrasel mostrou que 71% de 300 entrevistados, entre donos de micro e pequenos estabelecimentos e de restaurantes, disseram que ainda não incentivam o uso do Pix. Apenas 12% afirmaram que já colocaram sinalizações para essa utilização. E isso com 62% respondendo que já fizeram cadastro de pelo menos uma chave no Pix. O principal receio é com relação ao novo arranjo não ser integrado ao sistema da loja, seguido pelas taxas cobradas e receio de fraudes. O presidente-executivo da Abrasel, Paulo Solmucci, explica que não há, de maneira acessível, soluções que ofereçam a conciliação do Pix no controle das vendas nos softwares das lojas, como já existe para cartões, por exemplo.

Outro ponto destacado é a questão das tarifas. Pelas regras do Banco Central, as pessoas físicas e microempreendedores individuais (MEIs) estão isentos de taxas. Entretanto, se receberam mais de 30 Pix por mês, isso se configura como atividade comercial e, a partir da 31ª operação, poderá haver cobrança. Os representantes das associações afirmam que é necessário um melhor posicionamento dos bancos sobre como farão a cobrança. Para eles, essa situação causa insegurança.

**Entrou em vigor em São Paulo desde o início do ano a lei municipal que proíbe o fornecimento de copos, pratos, talheres e agitadores para bebidas de plásticos descartáveis aos clientes de restaurantes, bares e similares.** No começo da semana passada a ANR enviou um informativo aos seus associados com detalhes sobre a nova lei, assim como orientações preparadas pela consultoria jurídica da ANR, a Dias e Pamplona.

Segundo o documento, preparado pelo advogado Carlos Augusto Pinto Dias, da lei é possível entender, “não de forma muito clara”, que:



- A proibição dos utensílios é restrita ao fornecimento na área interna dos restaurantes e similares, o que possibilitaria sua utilização em entregas em domicílio (delivery);
- Estão proibidos apenas o utensílios plásticos descartáveis ou de uso único, de tal sorte que aqueles que passíveis de ser lavados e reutilizados poderiam continuar a ser fornecidos;
- Como a primeira autuação implica apenas pena de advertência, a empresa que seguir fornecendo os utensílios (...) poderia aguardar eventual autuação inicial e na sequência tentar a obtenção de medida liminar na justiça. Se a liminar vier a ser indeferida, a empresa deixaria de usar qualquer utensílio de plástico em qualquer modalidade de fornecimento, com vistas a evitar a reincidência que teria como consequência a aplicação de multa pecuniária

Veja mais detalhes no [portal da entidade](#).